



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE BIRIGUI  
Av. São Francisco, 433 – Jardim Santa Izabel  
E-mail: debir@educacao.sp.gov.br

PROCESSO Nº : 262/0039/2017

CONVENIADA: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Birigui

ASSUNTO: Prestação de Contas – Termo de Colaboração – Exercício/2017

**PARECER CONCLUSIVO – Exercício/2017**

A presente Prestação de Contas referente ao exercício de 2017, dos recursos repassados à APAE – Birigui de acordo com o Termo de Colaboração, assinado em 30/12/2016, cujos valores vão abaixo discriminados, foi analisada e considerada em ordem por este Núcleo de Finanças, segundo os critérios contidos no Artigo 189 das Instruções nº 2/2016 - publicada no Diário Oficial do Estado em 04/08/2016:

I - a localização e o regular funcionamento da beneficiária, descrevendo sua finalidade estatutária e descrição do objeto; **SIM (inclusive apresentou Atestado de Funcionamento).**

II – relação dos repasses concedidos, identificando número, data e valor dos respectivos documentos de crédito, por fonte de recursos, bem como, os rendimentos financeiros auferidos; **SIM (inclusive foram juntadas cópias dos referidos comprovantes).**

III – datas das respectivas prestações de contas, bem como a aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade;

Data Prestação de Contas	Data dos Repasses	VALOR (R\$)	Nota de Empenho	Ordem Bancária	Fonte
24/01/2018	15/03/2017	138.833,34	2017NE00121	2016OB15151	005003002
	19/06/2017	138.833,33	2017NE00121	2016OB47667	005003002
	15/09/2017	138.833,33	2017NE00121	2016OB76888	005003002
	<b>TOTAL</b>	<b>416.500,00</b>			

IV – os valores aplicados no objeto do repasse, informando inclusive eventuais glosas; **SIM.**

V – a devolução de eventuais glosas, saldos ou autorização formal para sua utilização em exercício subsequente; **SIM (Valor da glosa foi integralmente devolvido R\$ 18.465,25).**

Valores Transferidos (R\$)	Aplicação Financeira (R\$)	TOTAL (R\$)	Despesas Comprovadas Recursos Estaduais (R\$)	Despesas Comprovadas Recursos Próprios (R\$)	Total Despesas Comprovadas (R\$)	Glosas R\$
<b>416.500,00</b>	<b>2.420,24</b>	<b>418.920,24</b>	<b>400.454,99</b>	<b>0,00</b>	<b>400.454,99</b>	<b>18.465,25</b>

VI – se as atividades desenvolvidas com recursos próprios e as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas, bem como os resultados alcançados, indicando o cumprimento do plano de trabalho, com exposição das razões da não consecução ou extrapolação das metas pactuadas; **SIM (inclusive anexou relatório de atividades desenvolvidas).**



VII – o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria; <b>-As cláusulas pactuadas foram cumpridas em sua totalidade, bem como todos os gastos realizados durante o exercício de 2017, foram efetuados de acordo com o Plano de Trabalho.</b>
VIII - a regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestados pelo órgão/entidade concessor(a); <b>SIM (apresentada relação de gastos e juntados os comprovantes).</b>
IX – a conformidade dos gastos às normas gerais sobre licitações e contratos administrativos definidos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; <b>NÃO SE APLICA (Conf. § 1º).</b>
X – que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, do tipo de repasse e número do ajuste, bem como do órgão/entidade repassador(a) a que se referem; <b>SIM (Atendido conforme documentação apresentada).</b>
XI – a regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas, quando a aplicação dos recursos envolver gastos com pessoal; <b>-A responsabilidade é da APAE e conforme Cláusula Terceira “Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza trabalhista entre a SECRETARIA e o pessoal contratado pela INSTITUIÇÃO.....”</b>
XII – o atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público; <b>SIM (Os princípios acima foram observados/obedecidos).</b>
XIII – a existência e o funcionamento regular do controle interno do órgão/entidade público(a) concessor(a) com indicação do nome completo e CPF dos respectivos responsáveis; <b>Centro de Controle e Avaliação da Secretaria da Fazenda – CRCA-8;</b>
XIV – Indicação quanto à realização de visita in loco pelo órgão/entidade concessor(a), quando houver. <b>SIM (Foram cumpridos o acompanhamento e controle previstos na Cláusula Nona).</b>

Informamos que esta Comissão de Análise ATESTA que o Artigo 189 das Instruções TCE n.º 02/2016, publicada em 04/08/2016, foi atendido em sua totalidade pela APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Birigui, bem como todos os gastos realizados durante o exercício de 2017 foram efetuados de acordo com Plano de Trabalho.

Somos de parecer favorável.

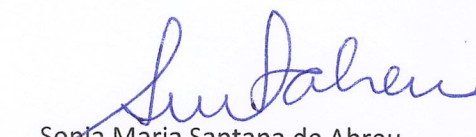
Birigui, 12 de junho de 2018.



Vera Márcia Saes Coghi  
RG. 11.402.422  
Supervisor de Ensino



Valéria Cristina Galdeano Rueda  
RG. 8.525.462  
Supervisor de Ensino



Sônia Maria Santana de Abreu  
RG. 5.622.044-3  
Dirigente Regional de Ensino